

# STJ julgará ação de advogados de Lula contra grampo ilegal de banca

18/02/2022

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça julgará, na próxima terça-feira (22/2), recurso especial no qual o escritório Teixeira Zanin Martins Advogados, responsável pela defesa do ex-presidente Lula, pede indenização de R\$ 100 mil à União pela interceptação de seu ramal central —revelada pela **ConJur** em 2016. A relatora do caso é a ministra Regina Helena Costa.

Reprodução



Sergio Moro autorizou grampo de ramal central de escritório de advocacia  
Reprodução

Conforme a reportagem, o ex-juiz **Sergio Moro quebrou o sigilo** do telefone central da sede do Teixeira Zanin Martins Advogados, então chamado Teixeira, Martins e Advogados. A banca fica em São Paulo.

Ao todo, 25 advogados com pelo menos 300 clientes foram grampeados. Telefonemas de empregados e estagiários do escritório também foram interceptados pela "lava jato".

O grampo foi conseguido com uma dissimulação do Ministério Público Federal. No pedido de quebra de sigilo de telefones ligados a Lula, os procuradores da República incluíram o número do escritório como se fosse da Lils Palestras, Eventos e Publicações, empresa de palestras do ex-presidente.

Acontece que, quando alguém ligava para a banca, imediatamente tocava a mensagem "você ligou para o Teixeira, Martins e Advogados", o que já colocava em xeque a tese de que os procuradores grampearam o escritório por engano. Mensagens **trocadas** entre procuradores apontam que eles sabiam que a banca estava sendo interceptada e contrariam uma declaração dos procuradores, que inicialmente afirmaram não ter escutado nenhuma conversa.

Ao ser publicada a notícia de que o escritório foi interceptado, os procuradores de Curitiba disseram que o procedimento ocorreu por engano, já que no Google o número aparecia como sendo da Lils, e não da banca.

Segundo apurou a **ConJur**, **o grampo ocorreu durante 23 dias**, entre fevereiro e março de 2016. Ao todo, foram interceptadas 462 ligações, nem todas relacionadas à defesa do ex-presidente, mas todas feitas ou recebidas pelos advogados ou demais trabalhadores do escritório. Para os advogados, a interceptação foi uma **estratégia** do MPF para se antecipar à defesa.

Sergio Moro **declarou** à época que não sabia dos grampos no ramal central do escritório. Mas a operadora de telefonia responsável pela linha havia informado ao juízo que um dos telefones grampeados pertencia ao escritório em **duas ocasiões**.



Após ser **repreendido** pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, Moro prometeu destruir os áudios. Porém, isso só foi **feito** mais de dois anos depois.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-fev-18/stj-julgara-acao-advogados-lula-grampo-ilegal-banca-2/>